

Federação Nacional dos Assistentes Sociais

Resgate Histórico da Organização política da categoria

No final da década de 80 e início de 90, inspirada no modelo europeu que desenvolveu um processo de fusão de ramos e categorias econômicas afins em grandes entidades sindicais, a CUT propõe a constituição de poderosas organizações por local de trabalho e implantação dos sindicatos por ramos de atividade como forma de combate à ofensiva neoliberal.

Acompanhando a orientação CUTISTA, na sexta assembléia nacional sindical dos assistentes sociais, realizada em 94, com dificuldades de mobilização, os 09 sindicatos presentes deliberaram pela extinção da ANAS, encaminhando-se que os sindicatos existentes realizassem ampla discussão com a categoria e promovessem a inserção ao ramo.

Assim estaríamos comemorando um avanço para categoria, não fosse, nos anos que se sucederam, a reestruturação produtiva, acompanhada pelo desemprego estrutural, ter atropelado a construção do ramo, provocando uma onda neocorporativa no interior dos sindicatos que impede seu avanço no país. Além disso, o congelamento das discussões sobre a inserção do assistente social no movimento sindical provocou uma apatia e estranhamento dos profissionais pela questão, comportamento este que merece investigação, considerando o paradoxo que se revela, vez que o assistente social trabalha com a mobilização da população em busca dos seus direitos.

Quiçá, a partir do conhecimento da história da organização político sindical da categoria, os assistentes sociais despertem para a necessidade de inserção no movimento sindical, repensando sua prática política e redimensionando o sentido e a direção do seu fazer profissional.

Infelizmente, o entusiasmo presente no início da nossa organização não se reflete atualmente na inserção ao ramo. Quando a linha ascendente do novo

sindicalismo começa a ser solapada na sua base no final da década de 80 e início dos anos 90 e fatores internacionais, como a queda do Muro de Berlim e o crescimento das idéias neoliberais nos Estados Unidos e Inglaterra, aliado a derrota de Lula nas primeiras eleições diretas para Presidente do Brasil para Collor de Mello, abalam todos os movimentos sociais independentes e classistas no país, inclusive a CUT.

Mal os trabalhadores experimentam este novo sindicalismo, profundas transformações começam a se operar no mundo do trabalho. A queda do Muro de Berlim, acompanhada pela derrocada dos países do Bloco Soviético, foi entendida pôr alguns como o fim do Socialismo. A hegemonia do capital internacional provoca a crise das utopias para a esquerda mundial, especialmente para a brasileira. Porém, o grande golpe vem com a vitória de Fernando Henrique em 94, quando todo o receituário neoliberal é aplicado contra os trabalhadores e suas entidades nos anos seguintes. Nesse novo período que se abre, a luta pôr eternas reposições salariais é abafada com o Plano Real, com a estabilidade monetária, tirando dos sindicalistas uma das suas principais bandeiras.

A nova ordem produtiva, baseada na informação, na robótica e na transmissão de dados via as redes de informática, que apregoa a colocação do trabalho em plano inferior promove uma realidade negativa no movimento sindical combativo, que é sentido de forma clara na greve dos petroleiros em 95 e em outras mobilizações que foram derrotadas no início governo FHC. Habitado as lutas reivindicatórias e economicista de cunho imediato, o sindicalismo cutista não conseguiu apresentar respostas para essa nova realidade, abrindo assim um ciclo de refluxo do movimento sindical combativo, até 98, quando metalúrgicos e servidores públicos federais, empreenderam algumas lutas nacionais importantes. Em meio à crise, acresce uma Central chamada Força Sindical, criada em 1991, que tem como principal fundamento, o sindicalismo de resultado.

Diante da reestruturação produtiva, do desemprego estrutural e do crescimento da terceirização, os sindicatos são forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva e imediatista, lutando para manter o mais elementar dos direitos - o direito ao trabalho, ao emprego. Instala-se assim uma tendência neocorporativa que impede a união das categorias profissionais e dificulta o desenvolvimento de uma consciência de classe dos trabalhadores e a construção de um modelo plural que aglutine os trabalhadores estáveis e terceirizados por ramo de atividade.

Constatamos que até hoje, as grandes organizações que se apresentam por ramo de atividade econômica defendem e se aglutinam no setor público, deixando a grande maioria dos trabalhadores do setor privado sem representação, inclusive no que se refere aos acordos coletivos.

Em seu livro Adeus ao trabalho? Ricardo Antunes revela uma tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam cada vez mais de ações anticapitalistas e conseqüentemente perdem a radicalidade social.

As novas configurações do mundo do trabalho impõem a necessidade da construção de um sindicalismo de base, horizontal e local, onde as decisões sejam tomadas por quem vivencia os problemas, pois o modelo verticalizado, onde a cúpula do movimento planeja e decide, mostrou-se ineficaz e ultrapassado, aliás uma realidade na qual estamos vivenciando no movimento sindical.

O desafio colocado para o sindicalismo é sua capacidade de participar e auxiliar na elaboração de um modelo econômico alternativo, que não seja regido por uma lógica excludente, voltando a ser um instrumento eficaz de lutas e conquistas da classe trabalhadora, com real autonomia e liberdade sindical.

Em meio a isso, as entidades sindicais da categoria percebem todas as dificuldades de unificação e organização dos trabalhadores, os assistentes sociais já não estavam no auge de sua participação nas suas entidades. Como vários assistentes sociais envolvidos com o movimento sindical e defensores da tese CUTISTA, inclusive em muito contribuíram para a criação da Central Única dos Trabalhadores encaminharam o processo de organização da categoria por ramo de atividade, desdobrando-se pelo fechamento dos sindicatos e posteriormente da ANAS.

“Apesar da resolução política acertada, a ANAS e as entidades a ela filiadas, enfrentam dificuldades em traduzir em ação essa política, ou seja, criar as mediações possíveis e necessárias que dessem configuração e concretude à transitoriedade.

Temos de considerar que o movimento sindical mais geral não avançou muito na

implementação da nova estrutura sindical, rompendo definitivamente com a estrutura sindical oficial, o que também repercute no movimento sindical dos assistentes sociais”. (Abramides, 10ºCBAS/RJ)

Embora tenha significado um avanço do ponto de vista político, a posição de vanguarda da diretoria da ANAS e dos sindicatos não encontraram eco entre as demais categorias profissionais. Médicos, psicólogos, enfermeiros, odontólogos, nutricionistas, fonoaudiólogos, farmacêuticos, jornalistas, advogados, engenheiros entre outros, mantiveram suas entidades em pleno funcionamento. As referidas categorias, mesmo sendo do campo CUTISTA continuaram suas lutas gerais e específicas. Quanto aos assistentes sociais, nossa decisão provocou o isolamento da categoria no âmbito sindical, uma vez que, a construção do ramo caminha a passos lentos e até o presente momento não se consolidou no país.

Mesmo após a deliberação da ANAS os quatro sindicatos (Alagoas, Ceará, Rio Grande do Sul, Caxias do Sul) deliberaram em assembléia pela manutenção. O sindicato do Rio de Janeiro após fechamento em 1990, reabre em maio de 1995, com duas chapas concorrendo ao pleito. Conforme ata de fechamento do sindicato do Estado do Rio de Janeiro em 19 de abril de 1990. Foi feita uma avaliação do nível de participação da categoria, tendo o entendimento de que a mesma não vem participando da sua Entidade e nem está inserida nos sindicatos de ramo de produção, ressaltando que, caso se delibere pelo fechamento do sindicato, isto não significa um avanço para a categoria dentro do movimento sindical. Acrescenta ainda que o momento hoje do sindicato é agravado pela falta de disposição das pessoas em assumir a entidade.” Quanto a votação referente ao fechamento do sindicato a proposta vencedora foi “paralisação das atividades por 6 meses”.

O número de assistentes sociais que participam de sindicatos gerais ainda é insignificante se comparado ao número de profissionais que compuseram a base dos sindicatos que foram fechados.

Após o fechamento da ANAS, embora considerando a tese da CUT a mais viável para o fortalecimento das lutas dos trabalhadores, os sindicatos existentes começam a se inquietar com a ausência de representação sindical da categoria. Estes passam a avaliar que houve uma precipitação da diretoria da ANAS, que não

aprofundou junto às bases a discussão do modelo sindical. Os relatórios das últimas Assembléias Nacionais Sindicais, apontam que a participação da categoria era cada vez menor, transparecendo que a entidade estava perdendo o fôlego.

Partimos para uma reflexão: Como estaria a categoria inserida no ramo desde aquela época, se até a presente data não materializamos a tese? Teremos que continuar discutindo, histericamente a tese do ramo ou contribuir para sua consolidação?

O caminho da construção do ramo, certamente não se dará de forma vertical, mecânica ou burocratizada, mas com um verdadeiro envolvimento da categoria junto aos demais trabalhadores.

Em novembro de 1997 em Luziânia - GO, os Sindicatos de Assistentes Sociais, o Conselho Federal de Serviço Social/CFESS, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social/ABESS e a Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social/ENESSO realizam o Encontro Nacional de Organização Política da Categoria. O relatório deste encontro revela posições divergentes entre as entidades da categoria. Nas conclusões dos grupos está explícito os diferentes encaminhamentos em relação à organização sindical:

“A questão quanto a forma de organização sindical mais conveniente entre nós não está suficientemente amadurecida na totalidade dos assistentes sociais. O que é consenso é que a categoria precisa ter um espaço para suas demandas sindicais. De início, convém registrar que se reconhece o esforço que vem sendo empreendido por companheiras que mantém "vivos" os 5 sindicatos de Assistentes Sociais no país.”

No entanto, estão postas duas posições que são distintas embora orientadas pela mesma preocupação - salvaguardar os interesses de natureza sindical. Estas duas posições partem de pressupostos diferentes:

Para a primeira, “a realidade do mundo do trabalho hoje, indica que a luta dos trabalhadores deva ser unificada através de Sindicatos por ramo, porque os pleitos são comuns aos de outros trabalhadores, e mais, que a unificação fortalece o movimento no enfrentamento cada vez mais acirrado. Este entendimento foi reafirmado nas exposições e debates havidos neste Encontro”.

A segunda, assenta -se na compreensão de que “a partir das particularidades das questões trazidas pelos Assistentes Sociais nas suas

relações com o empregador, entende que a luta deva garantir a discussão e o encaminhamento das questões específicas através de Sindicato da categoria. Daí o reconhecimento de que se faz necessário criar nos Estados fóruns que privilegiem o tema da organização sindical dos trabalhadores, na preocupação de atingir o maior número possível de Assistentes Sociais. Como se pode operacionalizar, visto que esta demanda aparece insistentemente nos CRESS? Estes deveriam criar espaços juntamente com os Sindicatos majoritários e os Sindicatos de Assistentes Sociais, quando existentes, para viabilizar aprofundamentos da discussão”.

Vale registrar que este encontro foi indicativo para o 9º CBAS, bem como a grande maioria dos participantes que se fizeram presentes eram dirigentes de entidades, onde os conselhos pagaram suas despesas. Os assistentes de base deveriam custear todas as despesas em Luziânia/Go.

Defendemos ainda que este não é tema de debate para CONSELHO, até porque na ocasião do 8º CBAS a mesa redonda do dia 5/07/1995 enfatiza que não mais cabe uma discussão por ramo ou por categoria, *”está definida a inserção dos assistentes sociais por ramo de atividade”.* Quando questionamos a mesa sobre os acordos coletivos da categoria, tivemos como resposta que *“encaminha para a CUT”.*

Sabemos que a CUT é uma entidade orgânica, não tem natureza jurídica, não pode assinar acordos coletivos ou entrar com dissídios para as categorias, esta tarefa é dos sindicatos.

Conforme Jornal do Cress/7º Região ano XXXI-número3-agosto/setembro de 1995-página5 divulga para a categoria o 5/7/1995 da seguinte forma:

"Dia 5 de julho, resistentes e alguns sonados da farra da noite anterior, as (os) congressistas prosseguem pela manhã e tarde nos painéis temáticos. Se alguém pensa que a festa diluiu a vontade da categoria de formular propostas e discutir, está muito enganado. Os grupos e cursos estiveram o tempo todo cheios. Quando terminava um, alguns companheiros procuravam os que permaneciam funcionando... Que pique! Á noite, uma mesa muito importante e polêmica: O Significado Social da Profissão Hoje e as Novas Exigências de Organização Política. Falaram entidades, trazendo muitas informações organizativas, tendo em vista preparara assistência ao neoliberalismo. Falou muito o plenário, por vezes reeditando questões polêmicas por muitos superadas a organização sindical por ramo ou por categoria e a extinção da ANAS, por exemplo- e por outras apontando para o novo: onde podemos aprimorar os instrumentos que temos para enfrentar a ofensiva neoliberal? No dia seguinte, a plenária final tirou uma proposta. O debate

terminou tarde ,todos cansados,alguns chateados(Por que retomar o superado? Pra frente é que se anda...)Pelourinho?Não, hoje não.No máximo uma muqueca perto do hotel, um chopp pra relaxar''

Lembramos que antes do início da Plenária Final o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, recém reaberto, distribuiu CARTA ABERTA AOS CONGRESSISTAS DO 8ºCBAS. Por outro lado, ocasião da reabertura do sindicato dirigentes do Cress-7ºReg fizeram campanha aberta em favor da nossa chapa e hoje tentam nos colocar no isolamento. Naquela ocasião não se discutia nas assembléias a organização da categoria por ramo e sim a reabertura do sindicato. Depois a luta das duas chapas para vencer as eleições.

Estamos em 2003 e continuamos discutindo com a CUT a unificação de sindicatos para a chegada do ramo e nossas entidades entendem e defendem que o debate está superado.

Durante o 9º Congresso Nacional de Serviço Social realizado em Goiânia em 1998, os cinco sindicatos presentes,(Alagoas, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Caxias do Sul) se ressentem da ausência de discussão sobre a organização sindical como foi proposto em Luziânia e solicitam uma reunião com a comissão organizadora do Congresso, cobrando um posicionamento da mesma que considerou que a questão estava superada e não havia o que discutir.

Os sindicatos realizam pesquisa de opinião com os congressistas. Dos 502 questionários respondidos, 333 assistentes sociais se manifestaram a favor da reabertura dos sindicatos, 103 desejam fortalecer a organização pôr ramo de atividade e 66 não opinaram sobre a questão. O mais grave é que a maioria dos entrevistados não possuía nenhuma filiação sindical, nem mesmo conheciam a trajetória sindical da categoria.

Vale registrar que desde o fechamento da ANAS a relação dos sindicatos com o conjunto CFESS /CRESS se tornou conflituosa. Discordando da manutenção dos sindicatos e tendo sido recomendado o fechamento dos mesmos, as diretorias dos CFESS/CRESS passam a ignorar sua existência.

Em novembro de 2000, na cidade do Rio de Janeiro os cinco sindicatos em funcionamento realizam a I Assembléia Sindical Pró-federação dos Assistentes Sociais. Em pauta a trajetória sindical dos assistentes sociais e os caminhos do sindicalismo brasileiro. Os debates ocorridos revelam a crise do sindicalismo

brasileiro e um processo de dessindicalização mundial. Os representantes da CUT e CNTSS presentes na assembléia, embora façam a defesa da organização dos trabalhadores por ramo de atividade, afirmam em seus discursos que “não é hora para desorganizar os organizados”.

Durante a assembléia, o representante da Central Única dos Trabalhadores reconhece que a construção do ramo não se consolidou e que a entidade enfrenta sérios problemas com a crescente onda corporativista que permeia o interior das entidades sindicais.

Ao final de três dias de intenso debate, os delegados sindicais deliberaram pela criação da Federação Nacional dos Assistentes Sociais/ FENAS, entendendo que só uma entidade nacional sindical tem legitimidade para retomar o debate da organização sindical da categoria em todos os estados e promover a inserção dos profissionais nos sindicatos da categoria e/ou nos sindicatos de ramo de atividade.

Esse fato novo, força NOSSAS ENTIDADES a rediscutir os encaminhamentos das questões sindicais da categoria e a colocar em pauta nos fóruns nacionais essa temática, visto já estar SUPERADO.

No entanto, entendemos que este debate não deve está polarizado entre organização por ramo ou categoria e sim na construção de um SINDICALISMO DE BASE, DEMOCRÁTICO E CLASSISTA.

Precisamos ter coragem de avaliar a realidade que hoje se apresenta e as dificuldades reais de unificação de um projeto político - organizativo. No texto base apresentado nas plenárias estaduais da CUT no final de 2001 há o reconhecimento que pouco se avançou na unificação de sindicatos e que há a necessidade de formulação e desenvolvimento de estratégias para construção do ramo.

Em junho de 2003 ocasião do 8º CONCUT o texto base sobre organização sindical aponta:

”A organização dos ramos da CUT tem sido bastante lenta e diferenciada em função das peculiaridades da organização da produção e dos serviços, bem como da dinâmica da negociação coletiva e das experiências de unificação e coordenação. AS entidades nacionais apresentam diferentes graus de estruturação e o conceito de ramo ainda não determina a organização do sindicato de base, que, em geral permanece restrito a uma categoria profissional”

A FENAS foi criada com o intuito de impulsionar esta organização, pois o quadro que se apresenta não é dos mais favoráveis para os profissionais que atuam na área social. O corte das políticas públicas e o retorno ao voluntariado têm fragilizado o trabalho dos assistentes sociais, que cada vez mais se vêem diante das más condições de trabalho e um salário aviltante. Esta é a discussão que precisa ser feita com muita transparência. Como vamos nos organizar para resistir ao desmonte das políticas sociais que é o nosso campo maior de intervenção? Como lutar contra a banalização do trabalho social? Contra a desvalorização dos profissionais desta área? Sabemos que essa organização se torna mais forte quando nos articulamos de forma coletiva. Porém, os assistentes sociais não podem caminhar sozinhos. Médicos, Enfermeiros, Psicólogos, Nutricionistas entre outros são nossos parceiros de primeira linha, ou seja, são os profissionais que atuam conosco na maior parte das atividades profissionais que exercemos, numa perspectiva interdisciplinar. No entanto, estes profissionais continuam mantendo sua organização por categoria. Como podemos caminhar na unificação sem que estas categorias se alinhem conosco?

O Brasil é um país imenso com realidades muito diversificadas. O assistente social atua em diferentes campos, desenvolvendo as mais diversas atividades. Em muitas destas atividades a organização por ramo está muito distante. O que fazer diante desta constatação? Como serão encaminhadas as lutas destes profissionais? Como fazer uma articulação entre estes profissionais para garantia de seus direitos? Quem assume a mobilização da categoria? Sabemos que não são os conselhos profissionais que vão fazer isto, nem mesmo a constituição lhes outorga esta atribuição, uma vez que legalmente não são entidades representativas dos trabalhadores no ponto de vista sindical e sim autarquias criadas para fiscalização do exercício profissional e por mais que avancem não poderão romper com a sua natureza.

A FENAS tem com o objetivo retomar o debate em todo país e estimular a organização política da categoria. Além disso, como entidade nacional, temos o propósito de conquistar espaço nos fóruns e conselhos de direito debatendo as propostas dos profissionais de serviço social para as políticas públicas, reforma agrária, soberania nacional entre outras questões, junto com as demais entidades de trabalhadores, conforme já estamos assumindo assentos com as demais Federações nas Mesas de Negociação. Na ausência de nossa Entidade Sindical Nacional como os assistentes sociais estariam sendo representados, visto que as demais categorias estão presentes nas negociações? Sabemos que há muitas divergências em relação ao nosso encaminhamento. ACUSAM-NOS de estar

promovendo o retorno ao corporativismo e de não estarmos afinados com as propostas cutistas.

O primeiro ponto é entender que por mais que se escamoteie, as entidades sindicais mantêm o corporativismo. Afinal foram eleitos para defender suas bases. O segundo, é que quando se defende esta posição para o movimento sindical devemos olhar para o corporativismo existente nos CONSELHOS PROFISSIONAIS, foram criados para fiscalizar suas categorias específicas. Terceiro ponto a CUT tanto reconhece nosso movimento que participamos dos congressos como delegados e fazemos parte de diretorias da CUT Estadual/Alagoas e atualmente na executiva da CUT Nacional.

A CUT é formado por SINDICATOS, FEDERAÇÕES e CONFEDERAÇÕES e JAMAIS CONSELHOS REGIONAL ou NACIONAL. Chega de enganação, pois se representantes de nossas entidades querem fazer parte da CUT venham disputar os espaços dos SINDICATOS, seja os de categoria ou os gerais e da FEDERAÇÃO. NOSSA HISTÓRIA VEM SENDO MARCADA PELA CAPACIDADE DE REVER POSIÇÕES.

Estávamos conscientes que iríamos enfrentar oposição. Ainda assim, não nos intimidamos, porque no cotidiano da nossa intervenção, na nossa militância nos estados, as demandas da base nos impulsionaram para este caminho, deixando claro que somos do campo da CUT. Teoricamente concordamos com a organização por ramo, no entanto, a prática têm revelado alguns equívocos. Quais são de fato os sindicatos de ramo? Como estes têm encaminhado as demandas das categorias minoritárias? (fazemos referência ao desmonte do serviço social do INSS, será que foi dada a devida atenção para gravidade deste fato por parte das diretorias dos SINDPREVs?)

Quais as conquistas reais desta forma de organização? Queremos a construção do ramo com pulverização? Será o caminho criar sindicatos por empresa? Vamos enfrentar os desafios da unicidade sindical ou defender o pluralismo sindical? A ANDES é reconhecida como um grande e representativo sindicato nacional, mas é considerado do ramo da educação?

Os Sind SAÚDE estão celebrando acordos coletivos nos setores privados? Fazemos estes questionamentos sem a pretensão de se contrapor ao ramo, mas para que tenhamos a coragem de enfrentar estas questões e construirmos estratégias concretas de

organização.

Acreditamos que este debate não pode ser vertical, sem a participação da base. Precisamos conhecer as especificidades de cada categoria, respeitar suas convicções, vivenciar a experiência coletiva, amadurecer as relações para construir de fato um sindicalismo democrático. Essa construção não pode ser feita apenas no plano das idéias, mas com ações efetivas. Defendemos a luta pela unificação dos sindicatos existentes num primeiro momento e esta tarefa ainda é árdua, precisamos superar este momento. Durante o Congresso da CNTSS em maio de 2001, primeiro fórum nacional sindical que a FENAS participou, apresentamos propostas concretas para avançarmos através da criação de comissões intersindicais, acatada pelo conjunto dos trabalhadores presentes e que vêm sendo bem sucedida no estado do Rio de Janeiro ,sendo exemplo para os demais estados de nosso país,INTERSINDICAL.

A FENAS é um fato consumado ,hoje com cinco sindicatos fundadores, mas na certeza de que avançaremos e a legitimidade política será conquistada na unidade da categoria.A realidade vai apontar os rumos que a entidade irá tomar, queremos avançar no debate para não perder esta oportunidade histórica e rara, considerando que passamos oito anos sem fazer a discussão, queremos debater propostas e encaminhar soluções reais para a organização dos assistentes sociais e demais trabalhadores.

Mesmo aqueles que nos criticam, reconhecem que a discussão sobre a organização dos assistentes sociais foi retomada a partir da criação da FENAS. Lamentavelmente, temendo perder a hegemonia frente a categoria ou o status de vanguarda progressista conferido pela intelectualidade acadêmica, alguns representantes de entidades da própria categoria fazem questão de desqualificar o debate apontando nossas fragilidades e repetem a todo momento que não temos uma capilaridade nacional, entre outras questões.Basta nos reportarmos aos acontecimentos ocorridas no 10ºCBAS em Outubro/2001, no Rio de Janeiro.Nesta ocasião, lamentamos a falta de oportunidade para aprofundarmos o debate com encaminhamentos de propostas. A falta de tolerância de representantes do CFESS mostrou, mais uma vez que o intuito de desqualificar o debate, assim como, a Federação Nacional Dos Assistentes Sociais era uma prioridade para aqueles que dirigiram o debate.

Sem deixar de reconhecer a importância e legitimidade histórica da academia, temos a clareza de que não é apenas a consciência teórica que transforma a sociedade. As dificuldades reais vividas pelos assistentes sociais não conseguem tocar as cordas da racionalidade-veementemente defendida dos acadêmicos que tem demonstrado conhecer, não só as estatísticas, mas também o conteúdo valorativo da miséria social que assola mais de um terço da população brasileira.

O debate teórico-político demonstra formas de intervenção na questão social, entretanto, por muitas vezes, se recusam a discutir com aqueles que realizam intervenções cotidianas sobre as quais incidem suas reflexões e conquistas, especialmente, o processo de precarização das relações de trabalho. O sentido da exploração do trabalho coletivo, do qual participa o assistente social, não se reduz a institucionalização das demandas no âmbito da democracia formal pois é insuficiente para dar conta das condições materiais desta categoria profissional.

Ora, construir uma entidade sindical é algo que exige muita militância, os recursos são escassos, a filiação é voluntária e é preciso fazer um intenso trabalho de conquista. É fácil construir representatividade nacional quando a sua manutenção se faz a custa da contribuição compulsória, isto é, independente da vontade dos profissionais.

Lançamos como proposta a realização de uma pesquisa nacional para conhecer a situação real dos profissionais em todos os estados, fazendo um levantamento das condições de trabalho e salário, sua inserção no movimento sindical, como estão sendo encaminhadas suas lutas, como estes se situam nas lutas do conjunto dos trabalhadores e quais as formas de resistências adotadas. Acreditamos que a partir desse levantamento teremos subsídios concretos para formulação de estratégias de organização. Não queremos ficar presos a uma mera retórica, queremos mergulhar na realidade e através dos elementos que essa realidade irá nos revelar, formular propostas efetivas. Esta tarefa é grandiosa e esperamos contar com a parceria das universidades. Acreditamos que os estudantes podem dar uma valiosa contribuição neste sentido.

Aqueles que realmente acreditam na importância da organização sindical, aqueles que defendem o movimento sindical como o caminho de resistência dos trabalhadores, não devem desencorajar nossa luta, ao contrário, devem nos ajudar

a encontrar as saídas e traçar conosco o caminho a ser percorrido, estimulando os profissionais e estudantes a travar este debate e a escrever uma nova história para a inserção organizada dos assistentes sociais no sindicalismo brasileiro.

Nossas saídas não deverão mais ser isoladas, sendo vanguardas de movimento, mas vamos nos inserir no conjunto dos demais trabalhadores tendo uma decisão coletiva e jamais individual.

Rio de Janeiro ,Maio/2003

Saudações sindicais

Margareth Alves Dallaruvera

Presidente da Federação Nacional dos Assistentes sociais

Texto referente ao pronunciamento da FENAS no encontro de Assistentes Sociais em Fortaleza /2002 e no XXV ERESS-Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social, Toledo/Paraná/2003